# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

Ano VI – N° 1.171 – Brasília, segunda-feira, 2 de outubro de 2000

## Plenário vota mais poder para guardas municipais

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Romeu Tuma permite aos municípios executar, mediante convênio com o estado, serviços de policiamento ostensivo e preventivo. O parecer do relator, Iris Rezende, é favorável



Os senadores votarão ainda emenda que redefine os critérios para a realização de sessão conjunta do Congresso O Plenário do Senado começa a discutir amanhã proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Romeu Tuma, que permite às guardas municipais cuidar do policiamento ostensivo e preventivo.

A criação das guardas municipais é prevista pela Constituição federal, tendo como objetivo proteger bens, serviços, instalações e logradouros municipais.

Os senadores também votarão projeto,

Os senadores também votarão projeto, originário da Câmara dos Deputados, que possibilita a microempresas, condomínios e entidades beneficentes ou assistenciais propor ação nos juizados especiais.

Página 3

CAE

Tereza Grossi fala sobre auditoria no Banestado

PÁGINA 3

Comissão discute regras para previdência complementar

PÁGINA 4

CAS

**P**ROPAGANDA DE CIGARROS É TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PÁGINA 4

Projeto proíbe plantio e venda de transgênicos

PÁGINA 4

C

Em estudo, medidas para deter violência de gangues

PÁGINA 3

CRE

SENADORES APRECIAM INDICAÇÃO PARA CARGO NO SURINAME

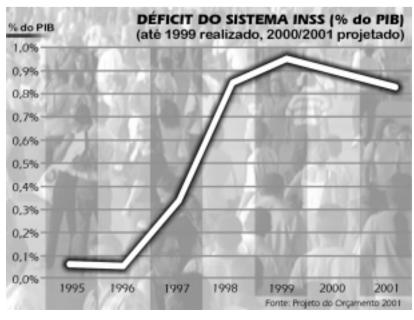
PÁGINA 2

### Déficit da Previdência Social em queda

O déficit da Previdência em 2001 será de R\$ 10,2 bilhões, ou seja, 2,8% a menos que o saldo negativo previsto para este ano. O número, constante do projeto de Orçamento da União, mostra que a reforma previdenciária já começa a surtir efeitos.

Página 2







Tribunal de Justiça, foi entrevistado pela TV Senado

## Ministro do STJ defende adoção de efeito vinculante

Página 4

## Déficit do INSS cai para R\$ 10,2 bi no ano que vem

A cifra, 2,8% menor que a prevista para 2000, consta do projeto de Orçamento da União

ORÇAMENTO

2001

Depois de anos de déficits cada vez maiores, o Regime Geral de Previdência Social, que paga as despesas com 19,3 milhões de pessoas aposentadas pelo INSS, finalmente caminha para superar seus problemas financeiros. Conforme o projeto do Orçamento para 2001, em discussão pelo Congresso, o déficit cai-

rá 2,8% em relação ao estimado para este ano.

A explosão desse déficit, que poderia inviabilizar até o pagamento de aposentadorias, foi o maior argumento usado pelo governo há quase dois anos para aprovar

a reforma do sistema de aposentadorias do INSS. Na reforma, foi introduzido no cálculo das aposentadorias o "fator previdenciário", o qual pune quem se aposenta mais cedo e privilegia as pessoas que contribuem por mais tempo.

A Previdência Social representa o maior gasto dentro do Orçamento da União – 31,7% de todas as despesas. Os números são gigantescos. As contribuições previdenciárias de trabalhadores e de empresas somarão no próximo ano R\$ 62,6 bilhões e os gastos R\$ 72,8 bilhões. Ou seja, o Tesouro Nacional ainda terá de socorrer a Previdência com R\$ 10,2 bilhões em 2001, contra R\$ 10,5 bilhões projetados para este ano.

tado pelo Executivo como maior entrave à elevação do salário mínimo. Pela Constituição, ninguém pode receber de aposentadoria menos que o salário mínimo e o INSS paga esse piso a 12,3 milhões de pessoas. Assim, o governo está propondo, embutido no Orçamento de 2001, reajuste de 5,57% para o salá-

rio mínimo, que assim passaria de R\$ 151,00 para R\$ 159.00.

Esse reajuste acrescentaria R\$ 1,1 bilhão nas contas públicas do ano que vem, estimam as consultorias de Orçamento do Congresso

Nacional. Se o Congresso decidir aumentar para R\$ 170,00 o valor do salário mínimo (+ 12,58%), o impacto será de R\$ 2,46 bilhões. Se a intenção for fixar o mínimo em US\$ 100 (R\$ 182,00), como foi reivindicado pelo PFL no início do ano, o gasto adicional será de R\$ 4 bilhões.

Mas deputados e senadores têm poder para aumentar o salário mínimo para um valor superior aos R\$ 159,00 embutidos no Orçamento. Para isso, dispõem de três caminhos: cortar gastos de outras áreas, criar receitas permanentes para bancar o novo gasto ou reduzir o superávit primário do Tesouro, previsto em R\$ 28,1 bilhões. Este superávit exclui da contabilidade o pagamento de juros da dívida pública.



CRE vota indicação para embaixador no Suriname

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar a indicação, pelo presidente da República, do diplomata Ricardo Luiz Viana de Carvalho, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

O parecer do relator, senador Lauro Campos (PT-DF), será analisado e votado em sessão secreta.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativo

Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC  $n^o$  45/2000 — Complementar, altera a Lei Complementar nº 95/98; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (constituição de guardas municipais); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PLC nº 102/96, amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis; PDL nº 217/99, renova a permissão Do Sistema de Radiodifusão FM de Araxá (MG); PDL nº 173/2000, autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Associados em FM de Cururupu (MA); PDL nº 38/2000, aprova o texto do Acordo entre Brasil e Peru sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países; PR nº 134/99, altera o Resolução do Senado  $n^{o}\,78/98$ , que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do DF e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autoridades; Requerimento nº 362/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando que a Resolução do Senado nº 80/99 seja dispensada da Resolução nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria; e PLS nº 108/2000, altera o art. 94 da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando o prazo para a transformação dos dubes em empresas até 30 de junho de 2002.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 49/2000, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo  $8^{\rm o}$  do art. 144 da Constituição federal — constituição de guardas municipais); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 82/ 2000. autoriza o Clube de Mães de Idosos Lindalva Gomes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus (RN); PDL nº 190/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Professora Astrogilda Mariano Damasceno para rádio FM em Santa Rita do Passa Quatro (SP); Requerimento nº 464/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a retirada do PLS nº 488/99, com o PLC nº 77/97, que já se encontra apensado ao PLS nº 618/99, por regu a mesma matéria; e Requerimento nº 465/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada do PLS n 141/2000 — Complementar, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores.

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 da Constituição federal constituição de guardas municipais); terceira sessão de

discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; Requerimento nº 466/2000, do senador Roberto Freire, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 76 e 137, de 2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 467/2000, do senador Amir Lando solicitando o desapensamento dos PLSs nºs 287 e 569, de

Sexta-feira

1999, do PLC nº 10/98.

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, PRS nº 41/99, altera a PRS nº 96/ 89, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; PLS nº 153/2000, que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para entes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás), em RS 3.3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e RS 1.1 bilhão, em 2001: PLS nº 573/99, altera dispositivos da Lei nº 9 427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; PLC nº 47/99, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); e PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e Superio PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Luiz Corrêa de Melo trecho da BR 401, no estado de Roraima; PLS nº 15/ 99, altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei  $n^{\rm o}$ 2.848/40 — Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente; PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs que aprovam o ato que renovam a concessão e outorgam permissão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição dos diretores do Banco Central do Brasil, Tereza Grossi, de Fiscalização e Carlos Eduardo de Freitas. de Finanças Públicas e Regimes Especiais, acerca de fatos relacionados ao processo de auditoria realizado no Banestado Leasing, por ocasião do saneamento do banco tendo em vista sua privatização. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa

O noticiário do Jornal do Senado é

produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Brasil 500 FEDERAL

Nacional

Pauta: Mensagem nº 164/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Suriname. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, PLC nº 44/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoc Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes; PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; PLS nº 53/2000, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FDE), para as unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo território nacional; e PLS nº 158/2000, que dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Ala* Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: entre outros itens, PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, que dispõe sobre a aestão democrática do ensino público: PLS no 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal: PEC no 77/99, que imprime forca cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal: PLS nº 610/99, que institui para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços; Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar: e Emendas de Plenário nºs 4 a 7 ao PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

**ESPECIAL** 

12h - Cultura ao Meio-Dia Filme: A Batalha Final, de Chris Roberts, Auditório

Endereço: Praça dos Três Poderes

Ed. Anexo I do Senado Federal,

20° andar

Brasília - DF - 70165-920

#### JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima 2º Secretário: Carlos Patrocínio 3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo Arte: Cirilo Quartim

Impresso nela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

### PEC amplia poder de guarda municipal

Projeto que autoriza guardas municipais a executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo, mediante convênio com estados, é uma das matérias na pauta do Senado

Proposta de emenda constitucional que permite às guardas municipais a execução de policiamento ostensivo e preventivo é uma das matérias na pauta do Senado neste início de outubro. Pela Constituição, os municípios já podem criar suas guardas, com função restrita a proteger bens, serviços, instalações e logradouros municipais. O que a proposta prevê é a ampliação do papel da guarda municipal, que passaria a cuidar também de policiamento ostensivo e preventivo, desde que o município assine convênio com o estado.

A proposta que começa a ser discutida amanhã, em Plenário, é de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP). Em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) definiu a iniciativa como conveniente e oportuna.

SESSÃO CONJUNTA

Também amanhã, o Plenário inicia a discussão de proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso, limitando-as apenas aos atos de natureza política. Na opinião do parlamentar, essas sessões conjuntas criam sérios empecilhos ao pleno funcionamento do Legislativo. O relator da matéria na CCJ, o senador Jefferson Péres (PDT-AM), concorda plenamente com essa mudança.

Em regime de urgência, o Plená-

rio deve votar nesta semana projeto de iniciativa do governo destinado a criar a Consolidação da Legislação Federal, mediante a integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal. Pelo projeto, logo após a elaboração dessa consolidação, o Executivo deverá disponibilizar esses textos na Internet, para análise e sugestões da sociedade. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o parecer do senador Lúcio Alcântara foi favorável à matéria.

Será votado ainda projeto originário da Câmara ampliando o rol de pessoas com legitimidade para propor ações nos juizados especiais. Pela proposição, poderão a juizar essas ações, além de pessoa física capaz, a microempresa, a entidade beneficente, ou assistencial, e o condomínio, quando representado pessoalmente pelo síndico. Relator da matéria na CCJ, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que, como está, o projeto pode dificultar o acesso do cidadão comum à Justiça. Por isso, ele defende quatro emendas ao texto.

O Senado delibera também sobre projeto oriundo da CPI do Sistema Financeiro para vincular qualquer operação de empréstimo de estado ou município ao cumprimento da norma que manda dar publicidade às finanças públicas. Na Comissão de Assuntos Econômicos, o relator Luiz Otávio (sem partido-PA) manifestou-se favorável à matéria, nos termos de um substitutivo.



Saturnino: parecer favorável ao aumento de penas impostas a praticantes de artes marciais

### CE analisa rigor contra crimes praticados por gangues

A crescente violência entre jovens reunidos em gangues estará na pauta da Comissão de Educação (CE), amanhã, a partir das 11h30. Um projeto de lei do exsenador Luiz Estevão (PMDB-DF) está na pauta da reunião e prevê aumento de um terço da pena a ser aplicada a praticantes de artes marciais que cometerem crimes. A pena pode dobrar se esses praticantes de artes marciais constituírem gangue armada. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

A CE deve também votar, entre outros, o projeto de lei da Câmara que responsabiliza criminalmente os pais de crianças que abandonam a escola. O parecer da relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), é favorável.

#### Mostra do Redescobrimento

Depois do sucesso obtido em São Paulo, onde quase 2 milhões de pessoas viram a exposição, a Mostra do Redescobrimento - Brasil + 500 chega a Brasília. O módulo Carta de Pero Vaz de Caminha será inaugurado no Salão Negro do Senado amanhã, às 18h30, enquanto o Centro Cultural do Banco do Brasil abrirá suas portas apresentando o módulo Arte Popular, a partir do dia 11 de outubro. As exposições integram o roteiro do percurso nacional da Mostra do Redescobrimento, que vai percorrer as principais capitais brasileiras.

No Senado, a exposição apresentará o original da Carta de Pero Vaz de Caminha, que retorna ao país depois de 500 anos, juntamente com 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos.

### Grossi explica amanhã auditoria no Banestado Leasing

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve nesta semana, em audiência pública, a diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, sobre o processo de auditoria realizado no Banestado Leasing, por ocasião de saneamento do banco para privatização. Tereza Grossi estará acompanhada do diretor de Finanças Públicas do BC, Carlos Eduardo de Freitas. A audiência, que atende a requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR), será realizada amanhã, às 17h.

O requerimento de Osmar Dias também solicita uma inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a auditoria. O senador afirmou, à época, que foram gastos R\$ 5,1 bilhões na operação de saneamento do Banestado, mas o preço mínimo exigido para sua privatização foi fixado em apenas R\$ 434 milhões. Osmar Dias defendeu a suspensão do leilão de privatização marcado para o próximo dia 18 de outubro.

Segundo Osmar Dias, a ação de mais de 30 empresas acusadas de desviar recursos do Banestado foi "tão ousada que lembra os filmes de Al Capone". O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) informou que duas das empresas acusadas pertencem a sergipanos. Segundo ele, a Construtora Habitacional é do ex-governador João Alves e a Transportadora Amorim é do genro deste. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou que essas empresas tinham como endereço fictício no Paraná a residência do deputado estadual Joaquim dos Santos Filho.

Requião disse ainda que o deputado é pai do ex-diretor do Banestado Leasing, Osvaldo Magalhães, exonerado após as denúncias, mas designado secretário de estado em seguida. Magalhães morreu em acidente automobilístico e, segundo Requião, tem hoje um busto em bronze erigido na praça que leva seu nome em Curitiba, por decisão do atual prefeito Cassio Taniguchi.



Osmar: saneamento custou R\$ 5,1 bilhões e banco está sendo vendido por R\$ 434 milhões



## CAE aprecia aumento no limite do endividamento da Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã. a partir das 10 horas, parecer do relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), favorável à solicitação do presidente da República de autorização para elevar o limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões. A intenção do governo é destinar esse valor ao alongamento da dívida da empresa, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados ainda este ano e os outros R\$ 1.1 bilhão em 2001.

Também está na pauta da CAE parecer do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), favorável ao projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que torna obrigatória a prévia aprovação, pelo Senado, dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.

Segundo Carlos Bezerra, os

acordos assinados com o FMI vêm sempre casados com operações de crédito que provocam grande impacto na dívida externa brasileira, por representar aumento no endividamento público. "Os acordos também vêm acompanhados de programas de ajustamento que incluem alterações no Orçamento da União, na política monetária, na política fiscal, na política cambial e em várias outras áreas", acrescentou o autor da proposta.

Outra matéria incluída na pauta da CAE é o parecer do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), favorável ao projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que isenta de taxa, tarifa bancária ou postal a inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) de pessoas desempregadas ou reconhecidamente pobres, domiciliadas em localidades em que não haja unidades da Secretaria da Receita Federal.

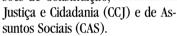
Brasília, segunda-feira, 2 de outubro de 2000 JORNAL DO SENADO

## CAS examina proibição de produtos transgênicos

Projeto da senadora Marina Silva que impede durante cinco anos o plantio e a comercialização no Brasil de produtos geneticamente modificados está na pauta da reunião de quarta-feira da Comissão de Assuntos Sociais

### Restrição à propaganda de fumo será tema de audiência

Audiência pública para instruir a votação do projeto que limita a propaganda comercial de cigarros e proíbe o patrocínio de atividades culturais ou esportivas por empresas cujos produtos sejam feitos à base de tabaco será promovida amanhã pelas comissões de Constituição,



Estarão presentes na audiência o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o ex-senador Josaphat Marinho e o ex-deputado Marcelo Cerqueira. Participarão também do debate representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), das associações brasileiras de Agências de Publicidade (Abap), de emissoras de Rádio e Televisão (Abert), de Jornais (ANJ), de Editores de Revistas (Aner), de Anunciantes (ABA), dos Fumicultores do Brasil (Afubra), da Indústria do Fumo (Abifumo) e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.



José Roberto Arruda: relator da proposta de restrição à publicidade do fumo

O projeto, de autoria do deputado Roberto Brant (PFL-MG), já foi aprovado na Câmara e tramita no Senado em regime de urgência constitucional, ou seja, deve ser votado no prazo de 45 dias. A proposta está sendo apreciada, em conjunto, pela CCJ e CAS. Sua

relatoria foi entregue ao líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). A matéria recebeu 23 emendas.

#### **PROIBICÕES**

Pelo projeto, a propaganda comercial de cigarros e produtos fumígeros, como charutos, cigarrilhas e fumo para cachimbos, somente poderá ser feita através de painéis, cartazes e pôsteres na parte interna dos locais de venda. Fica proibida, assim, a publicidade em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV. O projeto veda, ainda, visitas promocionais e distribuição gratuita de amostras em local público e em estabelecimentos de ensino, além do envio de amostras pelo correio.

#### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO HOJE

6h30 — Debate — Senador José Fogaça e o encarregado de negócios do Uruguai, Júlio Aguiar, falam sobre o futuro do Mercosul

7h30 — Entrevista — Professor Cristovam Buarque falc sobre a globalização, educação e pobreza 8h — *Especial:* Moradia — Um direito constitucional

8h45 – TV Escola-PCN: Matemática – A geometria, as

crianças e a realidade 9h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão

9h30 — Entrevista — Neri João Bottin, vice-presidente da Associação Médica do Brasil, fala sobre os planos de

10h — Quem tem medo de música clássica? Haydn, Sinfonia A Imperial

11h — Entrevista Especial — Ministro Pádua Ribeiro, do

12h — *Entrevista* — Professor Cristovam Buarque

12h30 — Revista Brasília

13h30 — Debate — O futuro do Mercosul – Sessão Plenária (vivo)

18h30 — Revista Brasília

19h30 — Debate — O futuro do Mercosul 20h30 — Entrevista — Professor Cristovam Buarque

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação) Logo após: Revista Brasílio

#### RÁDIO SENADO HOJE

8h — Agenda Senado Em seguida — Música e informação 14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo) Em seguida — Música e informação 19h — A Voz do Brasil Em seguida — Música e informação 20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste Em seguida — Música e informação 21h — Senado em Linha Direta — Édição Norte/Centro Oeste. Em seguida — Música e informação — Senado em Linha Direta — Edição Sul/ Sudeste. Em seguida — Música e informaç Oh — Sessão Plenária do Senado (reprise) Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

### Mudanças na previdência complementar são analisadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará quarta-feira o projeto de lei que trata das relações entre a União, estados, Distrito Federal e municípios com entidades fechadas de previdência complementar. A proposta, do Executivo, faz parte da reforma da Previdência.

Emenda do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), acolhida pelo relator, José Fogaça (PMDB-RS), impede que fundos de pensão de estatais tenham o controle de empresas privatizadas. Fogaça acolheu também emendas de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, que garantem paridade entre participantes e patrocinadores nos conselhos deliberativos dos fundos.

A CCJ analisará também projeto do Executivo que cria tributo a ser recolhido pelas empresas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos. A medida visa financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação Tecnológica, que beneficiará as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. José Fogaça, relator da matéria, apresentou parecer favorável, mantendo o texto original e recuperando, inclusive, artigo suprimido durante votação da matéria na Câmara dos Deputados.

Está igualmente na pauta da comissão projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que regula a transferência do controle das empresas responsáveis pelo abastecimento de água e por serviços sanitários no país. Com relatório favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR), a proposta institui a tarifa social, destinada a evitar a cobrança exagerada pelos serviços prestados à população de baixa renda.



José Fogaça: fundos de pensão de estatais não devem controlar empresas privatizadas

Projeto que proíbe por cinco anos o plantio e a comercialização em território brasileiro de produtos geneticamente modificados, também conhecidos como transgênicos, está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza quarta-feira, às 9h. De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), a matéria recebeu parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e terá decisão terminativa na comissão. Com isso, a proposta só será examinada pelo Plenário do Senado se houver recurso de um décimo dos senadores.

Outro projeto da senadora a ser examinado pela CAS cria reserva no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abriguem em seus territórios unidades de conservação ambiental e terras indígenas demarcadas. O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), relator da matéria, é favorável à proposta.

Também terá decisão terminativa na comissão projeto de autoria do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) determinando que não pode exceder a 25% o número total de trabalhadores contratados com relações de emprego beneficiadas por incentivos fiscais, financeiros ou sociais. Segundo Eduardo Siqueira Campos, os incentivos são criados para diminuir o desemprego, mas é preciso impedir o uso abusivo desse mecanismo. A pro-



Marina Silva: proposta de sua autoria sobre transgênicos tem parecer favorável do relator

posta tem parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO).

O projeto de autoria da ex-senadora Luzia Toledo obrigando que metade das unidades de hotéis e similares seja destinada para acomodação de não-fumantes também recebeu parecer favorável do senador Ribamar Fiquene (PFL-MA). A decisão da comissão será terminativa.

A comissão examinará ainda projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que altera a lei sobre os conselhos de Medicina. Conforme a proposta, as penas de suspensão do exercício profissional aplicáveis pelos conselhos serão ampliadas de 30 dias para até 24 meses. Atualmente, além da advertência ou censura para o profissional infrator, as opções punitivas do conselho são a suspensão do médico por 30 dias ou a cassação do registro profissional. A matéria, que tramita em regime terminativo, tem parecer favorável da senadora Marina Silva.

### Pádua Ribeiro defende adoção do efeito vinculante

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antônio de Pádua Ribeiro defendeu a criação do chamado efeito vinculante. Segundo disse, a medida irá impedir que recursos versando sobre causas idênticas sejam examinados pelo tribunal. Ele conversou sobre a reforma do Iudiciário com o jornalista Fernando Cesar Mesquita no programa Entrevista Especial, que foi ao ar pela TV Senado no fim de semana e será reprisado hoje às 11h.

Segundo o jurista, o objetivo do efeito vinculante é evitar que um excessivo número de processos chegue ao STJ. Ele lembrou que, somente no ano passado, 128 mil causas chegaram às mãos dos ministros do tribunal. Pádua reconheceu, porém, que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem razão em argumentar contra esse instituto jurídico ao dizer que cada processo é único.

– No caso de processos civis e penais, a OAB está certa. Mas podemos entrar em acordo e instituir o efeito vinculante para processos trabalhistas e administrativos, que são muito semelhantes afirmou. Ele defendeu ainda que as sentenças inerentes ao trâmite processual, conhecidas como decisões interlocutórias, não sejam obieto de recursos.

Pádua Ribeiro enumerou diversas causas para a morosidade da Justiça. Por ser pouco acionada durante os anos do regime militar, disse o ministro, a Justiça deixou de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, e não estava preparada para a "demanda reprimida" que hoje se verifica.